

**“TODOS TÊM A MESMA COR”? - Um levantamento sobre a produção científica da psicologia brasileira sobre branquitude**

**“THEY ALL HAVE THE SAME COLOR”? - A survey of the scientific production of Brazilian psychology on whiteness**

**¿“TODOS TIENEN EL MISMO COLOR”? - Un relevamiento de la producción científica de la psicología brasileña sobre la blanquitud**

**Resumo:** O presente ensaio buscou apresentar um levantamento acerca da produção científica das pós-graduações *stricto sensu* em psicologia (Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado), sobre branquitude, defendidas de 2003 a 2018 no Brasil, visando perceber, dessa forma, como a psicologia vem se posicionando no enfrentamento ao racismo brasileiro. Para tal utilizou com base os principais bancos de dados e plataformas digitais: Sucupira, BDTD, Portal Domínio Público e o Google acadêmico; e teve como resultado uma ínfima produção, que foi analisada de forma contundente. As descobertas da pesquisa fizeram com que fosse observada a necessidade da categoria profissional, especialmente, por meio dos cursos de pós-graduação, com a realização de pesquisas, aprofundar suas análises sobre o racismo no Brasil, os impactos dele na vida da população negra e como a psicologia pode atuar visando o combate ao racismo, bem como o fortalecimento de denúncias, o apoio aos movimentos sociais voltados a essa causa e especialmente, na garantia dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Psicologia. Branquitude. Racismo.

Recebido em: 13/04/2022

Aceito em: 22/05/2022

Publicação em: 25/05/2022



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i1.62808

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

**Márcia Ribeiro Ramos**

Mestre em Relações Étnicorraciais

Centro Federal de Educação Tecnológica  
Celso Suckow da Fonseca, Brasil.

E-mail: [marciarte@yahoo.com](mailto:marciarte@yahoo.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2114-5263>.

**Liandra Lima Carvalho**

Doutorado em Política Social

Assistente Social da ONG Casa da Árvore,  
Brasil.

E-mail: [liandralimacarvalho@gmail.com](mailto:liandralimacarvalho@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8840-9086>.

**Como citar este artigo:**

RAMOS, M. R.; CARVALHO, L. L. “TODOS TÊM A MESMA COR”? - Um levantamento sobre a produção científica da psicologia brasileira sobre branquitude. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 1, p. 1-19, 2022. ISSN 1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v15i1.62808>.

**Abstract:** The present essay sought to present a survey about the scientific production of the *stricto sensu* postgraduate courses in psychology (Master's Dissertations and Doctoral Theses), on whiteness, defended from 2003 to 2018 in Brazil, in order to understand in this way how psychology has been positioning itself in the fight against Brazilian racism. For this, it used the main databases and digital platforms: Sucupira, BDTD, Portal Domínio Público and Google academic; and resulted in a tiny production, which was analyzed in a forceful way. The research findings made the need for the professional category to be observed, especially through postgraduate courses, with research, deepening their analysis of racism in Brazil, its impacts on the lives of the black population and how psychology can act to combat racism, as well as strengthen complaints, support social movements focused on this cause and especially, in guaranteeing human rights.

**Keywords:** Psychology. whiteness. Racism.

**Resumen:** El presente ensayo buscó presentar un levantamiento sobre la producción científica de los cursos de posgrado en psicología *stricto sensu* (Disertaciones de Maestría y Tesis de Doctorado), sobre blanquitud, defendidos de 2003 a 2018 en Brasil, con el objetivo de comprender, de esa manera, cómo la Psicología se ha posicionado frente al racismo brasileño. Para ello utilizó las principales bases de datos y plataformas digitales: Sucupira, BDTD, Portal Dominio Público y Google académico; y resultó en una minúscula producción, que fue analizada de manera contundente. Los resultados de la investigación permitieron observar la necesidad de la profesión, especialmente a través de cursos de posgrado, con investigaciones, profundizando su análisis sobre el racismo en Brasil, sus impactos en la vida de la población negra y cómo la psicología puede actuar con el objetivo de combatir racismo, así como fortalecer las denuncias, apoyar los movimientos sociales enfocados en esta causa y, en especial, garantizar los derechos humanos.

**Palabras clave:** Psicología. blanquitud. Racismo.

## 1 PSICOLOGIA E BRANQUITUDE – conexões e desconexões...

O conceito de branquitude data dos anos 1990, contudo, a ideia de racialização do branco já era discutida muito antes. Silva relata que é preciso analisar “os estudos críticos da branquitude sobre o papel da identidade racial branca enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu” (apud CARDOSO e MULLER, 2017, p. 21).

Cardoso (2010) afirma que os intelectuais W. E. B. Du Bois (1920, 1935), em *Black Reconstruction in the United States*; Fanon (1952), em *Pele Negra, máscaras brancas*; Albert Memmi (1957), em *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*; Alberto Guerreiro Ramos (1957), em *Patologia social de “branco” brasileiro* e Steve Biko (1978) em *Escrevo o que eu quero “chamaram a atenção para os efeitos da colonização e do racismo na subjetividade não só do negro, mas, sobretudo, do branco”* (SILVA et all. , 2017, p. 21).

Tal terminologia toma corpo por meio das intelectuais norte-americanas Janet Helms (1990) e Ruth Frankenberg (1995), (BENTO e CARONE, 2017, p. 18) que discorrem sobre os estudos críticos da branquitude como elemento resultante da estrutura colonialista, que configurou o poder mundial durante todo o século XX, se perpetuando até os nossos dias.

Ser branco é uma ideologia relacional, um exercício de poder totalitário que se assemelha ao fascismo: discurso que sustenta hierarquias racistas exercidas por ação ou omissão (invisibilidade), como opção de autopreservação cínica dos Estados-nação. Sobre a especificidade da branquitude brasileira Cardoso e Muller (2018) afirmam que não deve ser pensada na dualidade branco/negro, mas sim sob os conceitos de miscigenação e branqueamento.

Essa posição privilegiada que o branco brasileiro ocupa, desde a forma de colonização do território brasileiro pelos portugueses, diz respeito a determinadas características da formação da população brasileira. As relações étnico-raciais desenvolvidas no país propiciaram ao branco um lugar de se ver e ao outro, de vivenciar o poder da invisibilidade da branquitude. Para tal, passaremos a discorrer sobre essas características específicas que marcaram a colonização brasileira e em que momento desembocou novamente no debate da branquitude.

Diversas pesquisas, como os estudos de Gomes (2018), Cardoso e Muller (2018) e Bento e Carone (2002), Cardoso (2008) e Schucman (2012) apontam a importância da emergência dos estudos das relações étnico-raciais para entender as construções de subjetividades racistas nacionais (OLIVEIRA et. al., 2017).

Os autores Santos, Schucman e Martins (2012) relatam que, no Brasil, em 1945, a psicanalista e socióloga Virginia Leone Bicudo defendeu a dissertação *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, primeiro trabalho de pós-graduação em Ciências Sociais no país a tratar de relações raciais<sup>1</sup>.

Virgínia Bicudo discute a importância da formação das associações negras para dirimir os obstáculos à ascensão social da população negra, sendo uma das primeiras professoras universitárias negras do país, motivo pelo qual foi convidada a participar do Projeto Unesco-Anhembi São Paulo, com Florestan Fernandes e Roger Bastide, redigindo o artigo *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas*, que integrou o compêndio da pesquisa.

Em 1983, Neusa Souza Santos psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira, defende sua dissertação de mestrado, posteriormente publicada sob o título “Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social no Rio de Janeiro” no Instituto de Medicina Social da UERJ. Sua obra é considerada a primeira referência sobre a questão racial na psicologia e sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude.

A psicóloga e psicanalista Isildinha Baptista Nogueira defende sua tese de doutorado em Psicologia intitulada “Significações do corpo negro em São Paulo”, em 1998, na USP, cuja orientadora foi Iray Carone.

Iray Carone, psicóloga e professora da USP, em meados dos anos 1990, o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) realizou a pesquisa denominada: “A força psicológica do legado social do branqueamento – um estudo sobre a negritude em São Paulo”. A pesquisa ocorreu de 1992 a 1996, mas até 1994 a bibliografia foi feita sobre a “literatura corrente escrita por brancos a respeito de negros no Brasil” (CARONE E BENTO, 2017). A autora aponta que, após a influência sobre o *whiteness studies*, o rumo da pesquisa mudou, visto que, até então, os estudos no Brasil silenciavam sobre os brancos, a herança da escravidão e seus privilégios.

Regina Marques Oliveira e Maria da Conceição Nascimento (2017) destacam dois levantamentos realizados sobre a temática racial: Ferreira (1999), de 1987 a 1995, constatou que de cinco mil estudos, entre artigos, periódicos, teses e dissertações de Psicologia, apenas doze tocavam na questão racial; e Chaves (2006), de 1997 a 2006, realizou o levantamento em periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e concluiu que, de 1883 artigos nas quinze revistas, 0,87% focavam na temática do negro (2007). Ambos os estudos ratificam que até 2006 persistia o mito da desracialização e da miscigenação nas práticas psicológicas.

Lourenço Cardoso, em sua dissertação “O Branco Invisível” (2008), afirma que de 1957 a 2002 ocorre uma ausência do termo branquitude e posteriormente uma emergência. Destaca que encontrou apenas dois levantamentos bibliográficos no Brasil anteriores ao seu trabalho: os livros *Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil* organizado por Kabengele Munanga (2002), e *Teses e dissertações sobre desigualdades educacionais e ação afirmativa* (2006) de autoria de André Brandão (CARDOSO, 2008). Cardoso realizou seu estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais, no Brasil, em 2008.

No Brasil, as compilações de textos de destaque sobre a racialização do branco foram: *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a branquitude e o branqueamento no Brasil* sob a organização de Iray Carone e Maria Aparecida da Silva Bento, em 2002; *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*, organizado por Vron Ware traduzido em 2004 e *Dossiê: Branquitude*, da Revista da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, organizado por Lourenço Cardoso e Lia Vainer Schucman em 2014, que em 2018 foi atualizado e se transformou no livro *Branquitude* dos organizadores Tânia Mara Pedroso

---

<sup>1</sup> A autora foi a primeira não médica a ser reconhecida como psicanalista no Brasil.

Muller e Lourenço Cardoso.

Os termos branquidade/branquitude aparecem nas pesquisas de pós-graduações brasileiras a partir dos anos 2000 e, com mais frequência, a partir de 2014. As leis necessitam de décadas para serem assimiladas socialmente e promoverem a mudança cultural pretendida. Portanto, gerações educadas em uma nova concepção de mundo requerem tempo para se formar, produzir trabalhos acadêmicos e novas formas de entender as relações étnico-raciais.

O conceito de branquitude no Brasil é contemporâneo das leis de políticas públicas sócio-raciais 2002/2003, respectivamente, começando com a protagonismo negro de Maria Aparecida Silva Bento (2002) e Lourenço Cardoso (2008). Em 2012, surge Lia Schucman, psicóloga branca, que rompe com o silenciamento de brancos e inicia o caminho para que outras psicólogas brancas exponham os seus privilégios e assumam sua responsabilidade na desconstrução do racismo, visto não ser um lugar de conforto, mas sim de desconforto necessário e permanente.

De 2000 a 2002 é relevante destacar quatro estudos importantes no período, devido ao pioneirismo e influência na área de relações étnico-raciais. Embora estejam fora do nosso recorte de pesquisa, estes estudos contemporâneos, foram pioneiros para a construção da racialização do branco brasileiro. A Psicóloga Edith Piza, com a publicação dos artigos: “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu”, em 2000 e “Porta de Vidro: entrada para branquitude”, em 2002, que foi quem traduziu o conceito no Brasil e realizou os primeiros seminários sobre o conceito da invisibilidade e privilégio branco. A Psicóloga Maria Aparecida Silva Bento, com “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”, 2002, uma pesquisa sobre negros nas empresas e poder público paulistas e a Cientista Social Elizabeth Larkin Nascimento, “O sortilégio da cor: Identidade afrodescendente no Brasil”, 2000, ambas teses de doutorado na Psicologia da USP. O trabalho de Elisa Larkin rememora o autor Abdias do Nascimento, seu marido, que na década de 1940 fundou o TEN, um dos grandes marcos da ascensão dos negros brasileiros, do qual já falamos e que foi um projeto muito além de uma experiência negra teatral.

Portanto, podemos concluir que desde 1945, com Virgínia Bicudo, que foi vice-presidente do primeiro Conselho Federal de Psicologia de 1973 a 1976, há a presença de estudos no campo das relações étnico-raciais em Psicologia no Brasil. Contudo, tal conhecimento não se refletiu na formação das profissionais de psicologia. Virgínia Bicudo, Neusa Santos e Cida Bento permanecem invisibilizadas no campo acadêmico.

Para entender melhor a relação da psicologia brasileira com a sociedade, considero importante destacar o surgimento da psicologia no Brasil. Os primeiros cursos de Psicologia no Brasil surgiram na década de 1950 na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo (USP). Durante a década de 1970, em plena Ditadura Militar, houve a expansão dos cursos no país: de 895 psicólogos em 1974, ano de criação do Conselho Federal de Psicologia, passou-se há mais de 4.000 inscritos em 1975 e no ano seguinte chegou a 6.890. Contudo, era voltada para uma classe média branca e as práticas eram reprimidas, principalmente as grupais. É importante destacar que o curso e a prática psicológica emergem no Brasil em período de barbárie, repressão, tortura, medo, suspensão do censo demográfico populacional e de muita censura nas universidades e de severa repressão da militância política, onde muitos estudantes e psicólogas são presas, torturadas e mortas (COIMBRA, 1995). Mas também de muita luta política e resistência, principalmente entre jovens acadêmicos.

Em resumo, destacamos as contribuições pioneiras de: Virgínia Bicudo, psicanalista, em 1945; Neusa Souza Santos, também psicanalista, na década de 80 e Isildinha Baptista, Iray Carone, Edith Piza e Maria Aparecida Bento nos anos 1990. Essas mulheres, em sua maioria negras, pioneiras dos estudos da branquitude no campo da psicologia e relações étnico-raciais, não deixam dúvidas quanto à existência de bibliografia sobre o tema. Portanto, não há justificativa para a ausência das relações raciais até hoje nos currículos acadêmicos e estudos de pós-graduação, além da proposital invisibilização dessas autoras nos meios acadêmicos, devido ao racismo e ao epistemicídio. As seis autoras, de fundamental importância no campo da Psicologia dos estudos das relações étnico-raciais, deveriam ser referências nos currículos acadêmicos nacionais.

Contudo, sendo as universidades campos de saber pioneiros e privilegiados, de acordo com Tatiana Gomez Espinha (2018) os currículos de psicologia brasileiros até hoje não refletem as bibliografias das autoras pioneiras em relações étnico-raciais, bem como os saberes sobre mais de 56% da população brasileira que se autodeclara negra.

Quanto ao envolvimento dos conselhos de psicologia, cumpre destacar que, desde 2005, o Conselho Regional de Psicologia (CRP) do Estado da Bahia organiza o guia de referência “Psicologia e relações raciais”, atualizado até 2017. Em 2017 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) organizou a publicação Relações Raciais – referências técnicas para a atuação de psicólogos(os). Os conselhos vêm se mostrando como fundamentais para impulsionar o debate étnico-racial e inserir a pauta do combate ao racismo de forma definitiva nas práticas psicológicas. Contudo, há um hiato de décadas de omissão sobre o tema das relações raciais, abordadas no campo psi desde a década de 1945, conforme assinalado acima. Consideramos tardia a adesão dos conselhos de psicologia ao debate, reflexão e intervenção junto ao tema das relações étnico-raciais.

Psicólogas são profissionais que atuam em diversas frentes de trabalho públicas e privadas: saúde, educação, recursos humanos, etc. O avanço na pauta das relações étnico-raciais só é possível caso haja a contribuição de toda a sociedade para o tema. Precisamos destacar as contribuições pioneiras principalmente de psicólogas negras sobre a temática das relações étnico-raciais, invisibilizadas nos cursos de Psicologia, e o quanto tal lacuna influenciou na negação do racismo nas práticas psicológicas.

Tal lacuna na formação acadêmica entrega à sociedade e ao mercado de trabalho profissionais extremamente desqualificadas para lidar com a questão racial, tão crucial para a formação da subjetividade de brasileiros. De acordo com Carone e Bento (2002) o racismo deixa profundas marcas na autoestima das pessoas negras. Ele dificulta as trajetórias negras por invisibilizar as características da raça: seja na mídia, nas profissões de destaque, nos modelos de beleza e sucesso, etc. Crianças, no seu processo de socialização, são estigmatizadas por estereótipos de escravização nos livros didáticos (MULLER, 2018), são tratadas por apelidos pejorativos durante o período escolar e nos espaços sociais. A possibilidade de se tornarem adultos com baixa autoestima, estigmatizados é alta, bem como o abandono escolar, além de outros reflexos de exclusão social que perduram na idade adulta.

Espinha (2017) considera que: Na formação em Psicologia existe uma tendência a um esvaziamento de conteúdos históricos e filosóficos e uma valorização da formação técnica, cada vez mais solicitada pelo mercado de trabalho. Afirma, ainda, que os currículos conservadores em Psicologia contribuem para a manutenção das desigualdades sociais pela elite branca brasileira.

## 2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA SOBRE BRANQUITUDE

A pesquisa a qual realizamos e será exposta se deu em duas etapas: a primeira foi o levantamento das dissertações de mestrado e das teses de doutorado sobre branquitude brasileira em psicologia, defendidas de 2003 a 2018; a segunda foi a análise da produção científica encontrada.

Para o levantamento da produção científica sobre branquitude inicialmente, foram realizadas buscas através das seguintes palavras-chave: *whiteness*, *brancura/branco*, *branquitude* e *branquidade*, junto às plataformas digitais: Sucupira, BDTD, Portal Domínio Público e o Google acadêmico.

Foram localizadas seis dissertações de mestrado e teses de doutorado em psicologia, defendidas de 2003 a 2018 sobre a temática. As pesquisas foram organizadas pelos nomes e gênero dos(as) autores(as), título, nome do/a orientador(a), tipo de produção científica, ano e nome da instituição de ensino superior (IES), que foram expostos cronologicamente, de forma crescente como pode ser observado abaixo:

- Autor: Lucio Otavio Alves Oliveira; Gênero: Masculino; Título da Obra: Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude em indivíduos brancos; Orientador: Antônio Marcos Chaves; Tipo de Produção Científica e Área: Dissertação de Mestrado em Psicologia; Ano da Defesa: 2007; IES: Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- Autora: Lia Vainer Schucman; Gênero: Feminino; Título da Obra: Entre o “encardido”, o

“branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana; Orientadora: Leny Sato; Tipo de Produção Científica e Área: Tese de Doutorado em Psicologia Social; Ano de Defesa: 2012; IES: Universidade de São Paulo;

- Autora: Gabriela Balaguer; Gênero: Feminino; Título da Obra: Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros; Orientadora: Maria Luisa Sandoval Schmidt; Tipo de Produção Científica e Área: Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano; Ano de Defesa: 2017; IES: Universidade de São Paulo (USP);
- Autora: Luciana Maciel Henriques; Gênero: Feminino; Título da Obra: Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social; Orientadora: Amanda Rocha Mattos; Tipo de Produção Científica e Área: Dissertação de Mestrado em Psicologia Social; Ano da Defesa: 2018; IES: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ);
- Autora: Monica Salci Capelasso; Gênero: Feminino; Título da Obra: A branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo; Tipo de Produção Científica e Área: Dissertação de Mestrado em Psicologia; Ano da Defesa: 2018; IES: Universidade Estadual de Maringá;
- Autora: Georgia Marciniuk; Gênero: Feminino; Título da Obra: Branquitude nos movimentos feministas: Uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas; Tipo de Produção Científica e Área: Dissertação de Mestrado em Psicologia Social; Ano da Defesa: 2018; IES: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ);

Das seis pesquisas, quatro são dissertações de mestrado; e duas são teses de doutorado.

Considerando as datas de defesa, observamos que o tema aparece pela primeira vez em 2007; cinco anos após, em 2012, surge o segundo trabalho; após mais cinco anos é realizada a terceira pesquisa, em 2017; e em 2018 foram três pesquisas.

Desses seis trabalhos, cinco são de mulheres autodeclaradas brancas (SCHUCMAN; 2012; BALAGUER, 2017; CAPELLASSO, 2018; HENRIQUES, 2018 e MARCINIUK, 2018) e um de homem autodeclarado negro (OLIVEIRA, 2007), o pioneiro no referido período. Oliveira afirma a psicologia como, predominantemente, uma área feminina e branca. De acordo com o Censo de Educação Superior, de 2017, o curso de psicologia está em sexto lugar dos 50 cursos mais frequentes, em número de mulheres e em 2º no número de não negros, correspondendo a mais de 75% de mulheres e aproximadamente 60% de brancos. Portanto, as marcas de raça e gênero constituem fatores importantes nas análises dos cursos de psicologia no Brasil, embora não refletidas em seus currículos escolares.

Quanto à distribuição regional, os trabalhos se concentram entre as regiões sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo), sul (Paraná) e nordeste (Bahia). Como já visto, as regiões sudeste e sul são as pioneiras na concentração de cursos universitários no país e possuem as unidades da federação com a maior concentração de brancos, fator que pode favorecer o surgimento de conflitos raciais e, portanto, o seu desvelamento<sup>2</sup>.

Todas as pesquisas foram realizadas em universidades públicas: duas no Rio de Janeiro, na mesma instituição, UERJ (MARCINIUK, 2018 e HENRIQUES, 2018); duas de São Paulo, também na mesma instituição, USP (SCHUCMAN, 2012 e BALAGUER, 2017), uma na Bahia, na UFBA (OLIVEIRA, 2007) e uma do Paraná, da UEM (CAPELLASSO, 2018). Todas trabalham com o conceito de branquitude, consolidado pelo movimento negro e pela professora Cida Bento. (MARCINIUK, 2018; HENRIQUES, 2018; SCHUCMAN, 2012; BALAGUER, 2017; OLIVEIRA, 2007 e CAPELLASSO, 2018).

<sup>2</sup> A USP foi a universidade onde surgiu a referência dos estudos críticos da branquitude no Brasil, como anteriormente sinalizado, inclusive por uma Psicóloga, Maria Aparecida Bento, que trabalha o tema étnico-racial até hoje, no Centro de estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), em empresas. E a Bahia é considerado o Estado mais autodeclarado preto do Brasil, como já citado, fato este que também pode colocar mais atenção nos estudos das relações étnico-raciais.

Em termos da especificidade do trabalho, Marcinik aponta os feminismos e a interseccionalidade, conceitos base de sua dissertação sobre feminismo hegemônico e não hegemônico. Balaguer apresenta a cultura negra como seu tema, visto que é capoeirista angoleira e umbandista, colocando-se na pesquisa como pesquisadora “de dentro”, ou seja, que está implicada de forma pessoal nos temas que pesquisa. Além disso, faz questão de ressaltar que preferiu utilizar o termo cultura negra e não afro-brasileira, pois optou por trabalhar o negro brasileiro e não a diáspora.

Tanto Marcinik quanto Balaguer se aproximam dos movimentos sociais, a primeira das feministas e a segunda da capoeira angola e umbanda. Ambas como “pesquisadoras de dentro”, já que Marcinik é uma das entrevistadas em sua pesquisa e Balaguer é uma capoeirista e umbandista. Quatro das cinco pesquisas usaram a entrevista como ferramenta: duas entrevistando pessoas ligadas a movimentos sociais: feminismos e capoeira angola e duas a indivíduos sobre as suas experiências com a branquitude, sendo Schucman com os paulistas e Oliveira com estudantes de Psicologia e Ciências Sociais da UFBA. Apenas Capelasso realizou uma pesquisa sobre branquitude puramente teórica. As metodologias participativas foram as mais constantes, seja pela implicação racial na pesquisa a partir de uma experiência própria de discriminação, sendo judia, como Schucman, como pesquisadora “de dentro”, como Balaguer, ou sendo uma das entrevistadas, como Marcinik. Capelasso e Oliveira não se colocaram na pesquisa como parte dela.

A produção acadêmica psicológica, como produtora de subjetividades, problematiza uma das maiores questões de formação da sociedade brasileira que são as relações étnico-raciais. Um dos objetivos da pós-graduação é aprimorar a atuação profissional e provocar novas reflexões sobre o cotidiano e o campo social. A psicologia, como reprodutora do racismo, por meio do entendimento do ser humano como um modelo universal na maioria de suas linhas teóricas, até mesmo por serem teorias importadas (Psicanálise, TCC - Teoria Cognitivo Comportamental, Gestalt, Junguiana, etc): branco, euroamericano, ocidental, classe média, cis e hétero, possui a capacidade de se repensar a partir da pluralidade de teorias não-hegemônicas. As práticas psicológicas antirracistas permitem novos olhares sobre as subjetividades, valorizando as diferenças e reconhecendo as desigualdades, principalmente raciais, na defesa de uma sociedade com equidade e democracia. Atualmente vemos surgir as psicologias pretas e indígenas, sob metodologias fundamentalmente pautadas em experiências brasileiras, embora ainda não constem nos currículos acadêmicos.

A contribuição da psicologia é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e para o estabelecimento do processo democrático, tanto no campo da prevenção, quanto no combate às práticas racistas do cotidiano profissional. Espinha (2017) relata não ter encontrado a temática das relações raciais nos PPPs – Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de psicologia no Brasil.

## 2.2 Análise qualitativa da produção científica sobre psicologia

Primeiramente, foi realizada uma breve leitura das obras como um todo, visando compreender seus objetivos, objetos de estudo, o percurso de cada pesquisa, as metodologias, as justificativas, as referências bibliográficas e as conclusões. Posteriormente, destacamos semelhanças e diferenças entre as abordagens com o objetivo de demonstrar se os temas se assemelham ou destoam na Psicologia. A análise dos trabalhos é apresentada em ordem cronológica, considerando a data de defesa da obra, devido a importância de se pensar a trajetória histórica e a intersecção entre gênero e raça. A trajetória histórica revela não só quem iniciou o debate pós a intensificação das políticas públicas sócio-raciais a partir de 2003, bem como quais os trabalhos foram mais citados pelos subseqüentes.

- a) Análise da dissertação de Mestrado: Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas - Representações de branquitude entre indivíduos brancos:

A dissertação em psicologia *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos*, de Lucio Otavio Alves Oliveira, foi realizada na área de Pós-graduação em Psicologia do Programa do Departamento de Psicologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do professor Antônio

Marcos Chaves, em 2007. Um homem negro, psicólogo, inaugura o tema da branquitude nos estudos pós implementação das políticas públicas em relações étnico-raciais.

No resumo o autor afirma que pretende falar sobre a negação do racismo no Brasil e a produção psicológica escassa sobre o tema. Considera a negação da discriminação racial como a principal característica do racismo brasileiro, visto que a multiracialidade propicia diferentes experiências raciais. De acordo com Oliveira:

A pesquisa foi realizada por meio de entrevista do tipo semi-estruturada com um único respondente (entrevista em profundidade), englobando a vivência das relações raciais na vida pessoal enquanto pessoa branca, familiar, relacionamento interpessoal, percepção de discriminação e preconceito racial, dos movimentos negros de combate a discriminação e promoção da igualdade racial. Os selecionados foram oito estudantes de graduação de Psicologia e Ciências Sociais da própria UFBA, sendo quatro de cada sexo e duas de cada curso, de 20 a 30 anos de idade, com confirmação da pertença racial por autoidentificação e não pertencimento (passado ou presente) em grupos de discussão e combate ao preconceito e discriminação racial, por indicação ou abordagem direta, realizados em fevereiro de 2006. Além do teste de evocação e de seleção das palavras principais com a técnica de associação livre (cinco palavras sobre “pessoa negra” e cinco sobre “pessoa branca”, selecionando duas que considerasse mais importantes).

O autor explica que o conceito de racismo individual parecia eximir algumas pessoas brancas de tal prática como a injúria racial, ou seja, um crime que ofende apenas uma pessoa negra, mas não o seu grupo. Oliveira cita a pesquisa que constatou que 98% dos brasileiros afirmam existir racismo, mas nenhum aceita que pratica. Na família, essa estatística é explicada pela “proteção histórica”, ou seja, tais familiares fazem parte de um outro tempo, outro mundo, outro contexto. Embora a distância histórica não proteja nenhum branco de reproduzir o racismo, visto sua estrutura social amplamente ramificada. Portanto a conclusão das entrevistas é de que o racismo existe, mas as pessoas brancas não tomam ciência nem da sua racialização, nem de seus privilégios, mas acreditam que o combate à discriminação e ao preconceito racial seja uma função exclusiva dos movimentos negros. Portanto, o racismo existe na sociedade, mas, na própria família, é praticado pelos mais velhos, ou seja, há uma amenização pelo tempo, como um passado “mais racista” e um presente “menos racista”. Quanto ao processo de cotas raciais na UFBA há o receio de se perder o próprio privilégio com as cotas sócio-raciais, ou da UFBA ser transformada em uma UNEB, de maioria negra.

Assim sendo, o fato de o governo brasileiro assumir o país como racista na década de 1990 e a implementação das políticas públicas a partir dos anos 2000 denota a mudança do âmbito individual/familiar ao qual o autor pretende apontar, para o âmbito da estrutura social a ser combatida por meio de políticas públicas reparatórias.

Da posição individual, para a posição familiar passou-se para o questionamento das políticas públicas. Portanto, de não ser racista, para ser antirracista, visando combater efetivamente o racismo do próximo, amigo ou familiar. A cobrança da postura diante do racismo foi ampliada.

O trabalho com pesquisa denota as falhas do sistema educacional de um racismo individual invisibilizado no âmbito privado pessoal e familiar para um racismo institucional acadêmico, onde os currículos psicológicos não refletem a realidade da população racializada e muito menos contribui para a redução das desigualdades raciais.

Os autores mais utilizados pelo pesquisador foram os clássicos das relações étnico-raciais: Guerreiro Ramos, Edith Piza, Iray Carone, Maria Aparecida Bento, Muniz Sodré, Liv Sovik, Ware, Kabengele Munanga, Elisa Larkin, Ruth Frankenberg, para tratar dos estudos críticos da branquitude. Além de muitos autores de língua inglesa e de Serge Moscovici, para falar da teoria psicossocial das representações sociais a abordagem teórico-metodológica utilizada pelo autor para a análise do conteúdo das entrevistas.

O autor foi o primeiro pesquisador sobre branquitude e psicologia após o início das políticas afirmativas socio-raciais brasileiras. Embora a Bahia seja o Estado autodeclarado mais negro do Brasil e a

universidade federal da bahia tenha implantado a política de cotas um ano antes da pesquisa, a realidade da percepção da branquitude não causou grande impacto, de início. Interessante seria realizar uma pesquisa na mesma universidade nos dias atuais e compará-la a de Oliveira.

O fato dos entrevistados estranharem um psicólogo, mestrande e negro revela a imagem estereotipada do profissional de psicologia, que vigora no imaginário social, imagem que corresponde ainda hoje às realidades acadêmicas, já que o próprio autor sinaliza como a psicologia baiana seria branca, principalmente na UFBA, considerada mais elitizada que a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Outra questão relevante que o autor trabalha é a tese da construção de uma personalidade branca, se aproximando da psicanalista Mônica Capelasso. Embora a psicanálise não tenha sido o seu referencial teórico e sim o psicólogo social francês Serge Moscovici, que escreveu sobre as representações sociais da psicanálise, onde a perspectiva do indivíduo prevalece.

Não achar nenhuma diferença entre entrevistados de um curso eminentemente branco, com outro eminentemente negro também é um indicador de que não adianta apenas convivermos com negros ou termos familiares negros, mas precisamos nos familiarizar com a temática, a teoria e nos implicar como sujeitos no desmonte do mito da democracia racial.

Alguns dados são extremamente preocupantes, como o fato do contato com a temática racial, em um curso de psicologia, apenas ocorrer por provocação do próprio pesquisador, que se interessou em ministrar uma disciplina em 2006.

O fato de haver uma escassa produção do tema na Psicologia brasileira revela que a questão tem, na maioria das vezes, escapado ao olhar e aos cuidados dos profissionais de Psicologia. Estas profissionais são produtos de uma sociedade na qual há uma grande dificuldade em abordar o tema das relações raciais para discuti-lo. Acredita-se em uma sociedade desracializada, tendo as tensões e desigualdades raciais existido em tempos passados e se resolvido pela miscigenação. (2007, p. 19)

Donde o autor conclui existir um impedimento de acesso epistemológico ao tema das relações raciais.

Constitui uma marca da violência colocar no outro a responsabilidade pelo seu próprio sofrimento, sendo assim, podemos inferir que o racismo, como estruturante da sociedade brasileira, como país com o maior número de negros fora do continente africano e, fundamentalmente, da sociedade baiana como o Estado mais auto-declarado negro do Brasil, ainda assim delegue aos negros a responsabilidade exclusiva de protagonizar o discurso antirracista. Mais relevante é a informação de um curso de psicologia, de uma universidade pública, que não está atento ao contexto sócio-político no qual se insere, o qual não é privilégio da psicologia baiana, contudo é lá onde o racismo se faz mais presente: onde há mais negros, a psicologia continua mais branca e o currículo não abrange a temática.

Oliveira, como muitos protagonistas da construção racial no Brasil, especificamente na questão da branquitude, convoca os brancos a se implicarem na questão étnico-racial do seu lugar de fala, como pessoas brancas. Para além de assumir o lugar de privilégio, o autor convoca as pessoas brancas a disporem de instrumentos reflexivos que as tornem combatentes antirracistas e não meras expectadoras da violência racial.

A pergunta norteadora do autor é: onde estão as etnicidades brancas? Oliveira ressalta a importância dos brancos se implicarem no combate ao racismo dentro das próprias casas, espaços de estudo, trabalho, lazer e na sociedade em geral, deixando a omissão e a passividade. Adotando o protagonismo da implicação pessoal e social, onde não cabe mais justificar a ignorância racial pela alienação teórica. Não multiplicar o que é aceito e naturalizado sem questionar, mas estudar um tema tão caro à sociedade brasileira quanto a identidade nacional e a formação de jovens graduandos no que tange às etnicidades e relações raciais.

b) Análise da tese de doutorado: Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo" - Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana:

A tese em psicologia: *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, de Lia Vainer Schucman, foi apresentada na área de Psicologia Social na Universidade de São Paulo, sob a orientação da professora Leny Sato, em 2012. A pesquisadora foi a primeira mulher branca a propor o tema em uma tese após o início da implementação das políticas públicas de ações afirmativas sociorraciais e é uma das mais citadas e convidadas para bancas sobre branquitude no Brasil.

No resumo, a autora se propõe a compreender e analisar como a ideia de raça e os significados acerca da branquitude foram apropriados e construídos por sujeitos brancos na cidade de São Paulo. Utiliza o conceito de branquitude como uma construção socio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos.

Schucman, como a primeira mulher branca, psicóloga, pioneira na temática no Brasil, continua sendo um dos mais citados sobre branquitude em todas as áreas e especificamente na psicologia, inclusive pelos demais trabalhos posteriores aqui elencados. Ela é uma referência na atualidade como branca, correspondendo ao destaque de Cida Bento como pioneira e psicóloga negra.

A pesquisadora propõe uma fissura entre a brancura do corpo e o poder identitário da branquitude: pensar a estética como arte da vida, produção e transformação da existência e possibilidade de se ligar ao outro. As fissuras ocorrem pelas relações com significados construídos por sujeitos negros e suas organizações.

Portanto, inexistem uma hegemonia branca ou negra. Contudo, entre os diversos tons de branco e de negro, tanto o poder hegemônico branco quanto a negritude, são demarcados por meio das práticas e subjetividades. Os brancos possuem privilégios para todos os seus signos culturais, enquanto repressão e desqualificação são os signos para as culturas negra, só descriminalizados quando apropriados e branqueados como o samba, a capoeira, a comida, etc.

Dentre as diversas branquitudes brasileiras, a autora se propôs a pensar a paulistana, ressaltando a heterogeneidade da população branca paulista, mas destacando o fenótipo como marcador dessa desigualdade racial oriunda da ancestralidade.

Sua metodologia também foge à regra apenas das entrevistas, por meio do uso de suas experiências sociais, pela metodologia pós construcionista, como ocorre com a pesquisadora Georgia Marcinik, a qual teve Lia em sua banca. A metodologia pós construcionista propõe as observações livres nos espaços sociais e o diário de campo. Contudo ela permanece no âmbito das construções e desconstruções de sujeitos individuais e suas famílias, ou seja, no campo privado. Já Marcinik liga suas entrevistas individuais ao campo dos feminismos, articulando sujeitos às suas causas, no campo social.

Schucman considera o conceito "pacto narcísico", de Maria Aparecida Bento, como a proteção entre os brancos para o qual o silenciamento, a invisibilidade e o discurso do liberalismo da negação do racismo causam alívio ao exercício da branquitude. A existência do pacto narcísico considera que, tanto no espaço privilegiado do branco o assunto racismo será blindado, quanto a escusa a enxergar o racismo em seu meio de circulação social, familiar, de amigos ou trabalho, forjando e perpetuando vantagens materiais e simbólicas ao longo da vida. Seja com relação aos afetos ou às conquistas materiais ou de ascensão social.

O estudo foi realizado sobre a branquitude paulista. São Paulo é a cidade que comporta o maior centro econômico brasileiro, constituído por vários tipos de imigração, inclusive a imigração interna de nordestinos, e se autodeclara uma cidade branca (68%). Portanto, o imaginário da cidade de São Paulo, embora construída por nordestinos, é branco, principalmente no que diz respeito a descaracterização dos bairros negros, como o bairro da Liberdade, que se tornou um bairro japonês. As culturas privilegiadas são aquelas dignas de serem lembradas, como o bairro do Bexiga, italiano, transmitindo ao imaginário social que as culturas dos imigrantes brancos são as que perpetuam memórias.

Ao interseccionalizar os conceitos, principalmente de gênero, raça, classe, origem e regionalidade,

a autora aponta os privilégios dos moradores de rua brancos, por exemplo. E a geografia paulistana que, como toda capital, concentra os brancos em localizações privilegiadas.

O fato de um morador de rua branco poder satisfazer as suas necessidades fisiológicas de forma muito mais confortável e satisfatória do que um morador de rua negro, é apenas um dos exemplos de o quanto a raça é um fator determinante, ainda que a classe seja importante. Morar e poder circular em um local privilegiado agrega valor e qualidade de vida ao ser humano.

Um dos destaques da tese de Lia Schucman é o fato dela diferenciar as branquitudes nas entrevistas, onde as pessoas apresentam percepções diferentes de si e de suas racializações. A autora destaca que, dos catorze entrevistados, dois se mostram dispostos a enfrentar as questões étnico-raciais e se comprometeram com a luta antirracista. O número é muito baixo diante da realidade nacional e da época da pesquisa, já nos anos 2012, demonstrando o quanto precisamos avançar em termos de políticas públicas e o quanto não podemos prescindir delas a espera de “tomadas de consciências individuais”. Sejam elas em termos de autodeclaração de negritude ou de assumir a branquitude e praticar o antirracismo.

Mais do que realizar o reconhecimento do lugar de privilégio, Schucman, como todos os demais autores, aponta o caminho da alteridade como a forma de não hierarquizar as diferenças raciais, mas entendê-las como diferenças e não supremacia.

Esse ponto consideramos fundamental, não como empatia ou solidariedade, mas para se ver no lugar do outro. É preciso entender-se, como já exposto neste trabalho, como o branco brasileiro e a branquitude à brasileira. Guerreiro Ramos (1955) aponta a branquitude como a patologia social do “branco” brasileiro, Lélia Gonzalez (1988) apresenta o conceito de Amefricanidade como a alteridade da branquitude, incorporando a colonização, bem como o conceito de Nego Bispo (2015) pindorâmicos, denominação dos povos originários, anterior à colonização. Construir a dobra dessa branquitude brasileira que ao mesmo tempo que reconhece seus privilégios, pode usar tais conceitos para construir essa alteridade mais com os racializados do que nas culturas estrangeiras forjadas nos brancos caucasianos (pai e mãe europeus). Essa branquitude à brasileira, crítica, amefricana, pindorâmica, pode prescindir do seu passado colonial para construir um coletivo das diferenças como potências para o bem viver. De acordo com Acosta (2016) o bem viver constitui um conceito dos povos originários, marginalizados e periféricos da América Latina e de territórios emergentes onde a vida de um ser humano encontra harmonia consigo mesmo, com o outro e com a natureza.

A bibliografia de Schucman é extensa e variada. Utiliza os autores clássicos dos estudos críticos da branquitude no Brasil e no exterior como Ruth Frankenberg, Von Ware, Edith Pizza, Maria Aparecida Bento e Iray Carone, Liv Sovik, Lilia Schwarcz, Guerreiro Ramos, Carlos Hasenbalg, W.E.B. Du Bois, Frantz Fanon, entre outros e marca as suas influências pessoais em disciplinas como as dos professores Kabengele Munanga, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães e seu co-orientador Howard Winant. Em Psicologia utiliza Lev S. Vygotsky, Psicólogo russo da Psicologia cultural-histórica. Na área dos clássicos da filosofia e sociologia utiliza Pierre Bourdieu, Mikhail Bakhtin, Theodor Adorno e Hanna Arendt, além do filósofo francês Michael Foucault, para falar da questão do poder.

- c) Análise da tese de doutorado: Exercícios da branquitude - O estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros:

A tese em psicologia *Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros*, de Gabriela Balaguer, foi realizada na área de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na Universidade de São Paulo sob a orientação da professora Maria Luisa Sandoval Schmidt em 2017.

No resumo, a autora afirma que seu trabalho se insere no campo dos estudos críticos da branquitude. Define branquitude como a identidade social que oferece privilégios materiais e simbólicos aos brancos nas sociedades estruturadas na desigualdade racial. Buscou evidenciar as estratégias de sustentação dos privilégios da branquitude na convivência em territórios culturais negros. Considera sua inspiração etnográfica baseada em literatura, história cultural, observações participantes e entrevistas. Buscou apontar como a interação social e cultural dos brancos com os negros em territórios de culturas

negras possibilitam invisibilizar a branquitude e a sustentação do privilégio branco, sem provocar necessariamente envolvê-los na luta antirracista. Indica que o primeiro passo para a participação de brancos na luta antirracista em qualquer espaço social e cultural se inicia com a crítica do seu lugar racial. Suas palavras-chave foram: raça, branquitude, racismo e cultura negra.

Podemos destacar a importância do trabalho sob a perspectiva de se pensar a apropriação da cultura negra pela branquitude e a ocupação de espaços e práticas culturais negras sendo protagonizadas e mesmo dominadas por frequentadores majoritariamente brancos. O fato do branco circular livremente tanto pelos espaços brancos quanto pelos espaços negros também é marcante no trabalho. Mais ainda a diferença dos negros não terem nenhuma facilidade de adentrarem os espaços brancos e mesmo não serem aceitos neles.

Há que se destacar o fato do branco reverenciar e se apropriar da cultura negra, mas não possuir nenhum engajamento nas práticas antirracistas ou sobre as questões étnico-raciais. Como ressalta a autora, combater o racismo é tarefa de todos e racializar o branco é fundamental para o combate ao conceito ficcional de raça. Contudo, a interação social e cultural entre brancos e negros, em territórios de culturas negras, possibilita invisibilizar a branquitude e a sustentação do privilégio branco. A questão que a autora nos coloca é: Como nos colocarmos nesse território ao lado dos negros na luta antirracista, sem com isso recair novamente na soberba da supremacia racial branca, determinando o que, como e quando deve ser a luta dos negros nesses territórios? (2017, p. 155)

Balaguer se colocou como membro do seu campo de estudos, realizou uma devolutiva das entrevistas e apresentou o resultado do seu trabalho para a leitura dos entrevistados. Essa marca na mudança nas práticas de pesquisa e na visão da suposta “neutralidade científica”, tanto quanto na colocação do entrevistado como “objeto de pesquisa” coaduna com a pesquisa de Georgia Marciniuk, que também se inseriu em seu campo de pesquisa.

Realizar uma analogia com o conto de Camus, uma obra literária, também inova e traz elementos desse branco, branquíssimo, o estereótipo perfeito do branco, o estrangeiro, que tem a facilidade de adentrar territórios negros, porque lhe é permitido circular em todos os territórios livremente e se apropriar dos seus simbolismos como “amigo”.

A capoeira é um dos elementos de maior importância dentro da cultura negra e o protagonismo negro nos espaços culturais é resistência, ou seja, espaços de cultura negra com maioria branca ou com líderes brancos são apropriações culturais a serem evitadas por meio da educação em relações étnico-raciais em busca da luta pela redução das desigualdades raciais.

Como referências bibliográficas, a pesquisadora utilizou muitos autores específicos de capoeira angola, candomblé e cultura e o autor base da literatura Albert Camus, bem como os autores clássicos da branquitude como Frantz Fanon, Ruth Frankenberg, Maria Aparecida Bento e Iray Carone, Edith Pizza, Lia Schucman e Liv Sovik, bem como os clássicos da negritude, Lilia Schwarcz, Kabengele Munanga, Abdias Nascimento, Elisa Larkin, Carlos Hasenbalg, Stuart Hall e Antônio Sérgio Guimarães. Para a perspectiva decolonial utilizou Ramón Grosfoguel e Boaventura de Souza Santos, entre outros filósofos, antropólogos e cientistas sociais.

- d) Análise da dissertação de mestrado: A Branquitude e o racismo brasileiro - Uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violentou o negro do Brasil contemporâneo:

A dissertação em psicologia A Branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violentou o negro do Brasil contemporâneo, de Mônica Salci Capelasso, psicóloga branca, foi realizado na área de Constituição do Sujeito e Historicidade na Universidade Estadual de Maringá sob a orientação da professora Ângela Maria Pires Caniato, em 2018.

No resumo, a autora se propõe a retomar a história do processo de colonização do Brasil por meio de um estudo psicopolítico sobre relações entre portugueses e africanos no país e seus desdobramentos atuais, visto a manutenção do cenário de violência contra o negro após a abolição. Para tal ela utiliza a

Psicanálise Freudiana e o conceito de personalidade autoritária e as disposições psíquicas da personalidade do branco que comportam, aderem e reproduzem discursos racistas. As palavras-chave destacadas foram: relações raciais, branquitude, personalidade autoritária, racismo e psicanálise.

É importante comentarmos a escolha pelo uso do termo branquitude, contudo a autora não menciona o termo branquidade e nem o porquê de sua escolha teórica, o que ocorre com a maioria das autoras, bem como utiliza o termo ao longo de todo o texto sem conceituá-lo ou ao seu histórico.

Para a sua construção teórico-metodológica a pesquisadora utiliza, principalmente, os seguintes autores: Carlos Hasenbalg, Marilena Chauí, Lia Schucman, Lília Schwarcz, Maria Aparecida Bento, Iray Carone, Gilberto Freyre, Laplanche e Pontalis e Sigmund Freud. Sendo a autora que mais usa artigos acadêmicos e dados estatísticos, embora não implique a psicologia na ausência do tema nem de relações étnico-raciais, ou mesmo os psicólogos brancos no tema da branquitude.

O trabalho é eminentemente teórico e seu destaque é para o uso da psicanálise como fundamento que sustenta uma explicação para as construções subjetivas do racismo nos indivíduos, embora a influência histórica perpassa toda a pesquisa teórica. A psicanálise é uma das teorias mais usadas em psicologia, embora não constitua um domínio de psicólogos, sendo a base da maioria das linhas de pensamento clínico existentes.

Os autores relativos aos conceitos de racismo e de branquitude são considerados clássicos das referidas teorias no Brasil. Na questão racial do negro no Brasil vai desde Carlos Hasenbalg, pioneiro na mudança na visão racial brasileira na década de 70, até Lília Schwarcz. No conceito de branquitude começa com as pioneiras Maria Aparecida Bento e Iray Carone introdutoras do conceito americano no Brasil, no início dos anos 2000, até Lia Schucman, com sua tese de 2012, e da branquitude especificamente na psicologia.

A importância desse estudo é que se trata de uma pesquisa de 2018, em plena ascensão do neoliberalismo com um caráter neofacista e neopentecostal no Brasil e no mundo. A reflexão sobre esse período político-econômico constitui um divisor de águas entre os tensionamentos sobre relações étnico-raciais e as interpretações para a população brasileira. No que tange ao campo da Psicologia, é fundamental pensar as articulações histórico-subjetivas e a influência das subjetivações no campo social.

A construção histórica que justifica a perpetuação do racismo no Brasil perpassa a relação entre europeus e africanos durante a colonização. A expressão utilizada para a branquitude é a da existência de um acordo tácito entre brancos de não se reconhecerem como parte essencial na permanência das desigualdades raciais do Brasil.

Aponta para um legado inerte da escravidão que constitui os negros por um olhar marginal e a assimetria racial como causa da reprodução do lugar de servidão.

A pesquisadora aponta a potencialidade da sociedade brasileira para favorecer traços de personalidade autoritária na população respaldada por ideologias de interesses econômicos dominantes. O fato de internalizar a hostilidade como branqueamento e passividade, demonstra a vulnerabilidade da população branca justificando o combate aos menos favorecidos pelo militarismo e a assimetria racial que beneficia o branco.

Capelasso acredita que a resistência se encontra no resgate histórico das desigualdades constitutivas formadoras da nação brasileira como o caminho para a igualdade racial.

Das seis pesquisas elencadas, duas são do Rio de Janeiro, mais especificamente da UERJ e mesma orientadora, Amana Mattos, outras duas são da USP, sendo cinco de autoria de mulheres brancas e uma de autoria de um pesquisador negro baiano. Capelasso constitui o único trabalho da região sul, do Estado do Paraná, um dos Estados com maiores questões étnico-raciais, visto que a região sul, pelo seu clima, concentrou as maiores colônias de imigrantes europeus do Brasil.

Contudo, a autora não localiza o recorte da branquitude paranaense, como fizeram Lia Vainer e Lúcio Oliveira, que respectivamente trataram da branquitude paulistana e baiana acadêmica. Tendo Lúcio se aproximado mais da questão para a psicologia, por ter entrevistado estudantes do curso e ter

ministrado uma disciplina. Capelasso aborda a branquitude brasileira de forma geral.

O trabalho de Capelasso se detém ao período colonial e pós abolição, justificando historicamente o racismo atual da sociedade brasileira, como ela mesma propõe, apostando em um resgate histórico.

- e) Análise da dissertação de mestrado: Branquitude nos movimentos feministas - Uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas:

A dissertação em psicologia *Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas*, de Georgia Grube Marcinik, foi realizada na área de Psicologia Social, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro sob a orientação da professora Amana Rocha Mattos, em 2018.

No resumo, a autora se propõe a investigar e analisar a branquitude nos movimentos feministas através da intersecção gênero e raça, os processos de racialização e subjetivação da pessoa branca e a localização das pessoas brancas nas lutas antirracistas nos feminismos e as lógicas hegemônicas raciais intragênero nestes contextos.

Relata que a abordagem interseccional e descolonial partiu de produções e epistemologias dos feminismos não hegemônicos e estudos críticos da branquitude, aproximando-se das mulheres negras.

A sua pesquisa de campo ocorreu por meio da observação participante nos diversos eventos e espaços feministas de lutas antissexistas e de cinco entrevistas semiestruturadas com mulheres identificadas como brancas e feministas dispostas a dialogar sobre sua condição racial e privilégios. Para tal, buscou delimitar três eixos norteadores para análise dos dados: movimentos feministas; processos de subjetivação e racialização de feministas brancas e branquitude nos movimentos feministas. Refletiu sobre as dificuldades de aproximação entre feminismo hegemônico e não hegemônico e o desconforto racial. Desejou entender como se dão os processos de subjetivação e racialização das feministas brancas e como o conceito de branquitude ajuda a pensar lógicas hegemônicas.

Sobre as referências bibliográficas é importante destacar que a autora teve como marca fundante de sua pesquisa sobre branquitude e feminismos a leitura e interpretação de autoras mulheres, principalmente as brasileiras, estadunidenses e as autoras latinas e caribenhas, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Ângela Davis, Kimberle Crenshaw, Bell Hooks, Maria Lugones Chandra Mohanty, Ochy Curiel, Yuderkis Espinosa-Minoso, Gloria Anzaldúa, etc. Além das clássicas autoras do tema branquitude como Vron Ware, Lia Schucman, Liv Sovik, Maria Aparecida Bento, Iray Carone e Ruth Frankenberg, A marca diferencial do seu trabalho foi o destaque para as autoras latinas.

Na bibliografia ela cita influências pessoais de aulas que frequentou das professoras Giovana Xavier, Fátima Lima, bem como a sua própria orientadora Amana Mattos. A aposta é em feminismos não hegemônicos, principalmente negros, interseccionais, periféricos e decoloniais, como marcas de epistemologias oprimidas e invisibilizadas. Sua marca é trabalhar com o termo mulheres racializadas, apontando que nem todas o são. Pontua que o simples fato de as feministas brancas aprenderem sobre o conceito na teoria, já demonstra um privilégio que as racializadas não possuem, de estarem à margem e terem que aprender com suas próprias vivências. Propõe a compreensão das opressões de gênero e raça como interseccionais e não paralelos na perspectiva intragrupo.

A marca do seu trabalho como ativista trouxe a questão interseccional e o feminismo para a sua prática acadêmica, não só observando grupos feministas, como entrevistando feministas, sendo entrevistada em uma implicação intrínseca ao próprio trabalho genuína e pouco convencional para uma pesquisa acadêmica, bem como escolhendo trabalhar apenas com autoras mulheres e se comprometendo com uma escrita feminista.

Uma das questões que a autora coloca para as pessoas brancas é de como horizontalizar privilégios materiais e simbólicos e desconstruir relações hierarquizadas de poder. Uma das estratégias que a autora apresenta para uma prática antirracista é saber ouvir pessoas negras e dialogar com pessoas brancas.

O ponto comum com os demais pesquisadores é de que se faz necessário racializar pessoas brancas. O ponto específico do trabalho dos feminismos seria desconstruir o modelo dominante de

mulher cis, hetero, branca do feminismo hegemônico importado da Europa reproduzido na estrutura de relações de poder intragênero. Romper com a perspectiva universalizante das mulheres e seus estereótipos, abrindo caminho para as múltiplas identidades para se realizar políticas grupais, por meio da descolonização do poder-saber como tarefa prática.

Marcinik foi a única autora a só usar mulheres em sua bibliografia, o que representa um diferencial no trabalho feminista, ainda mais sendo mulheres negras, latinas e caribenhas. Outro diferencial marcante foi ela própria fazer parte da pesquisa como entrevistada, demonstrando cada vez mais as mudanças nos trabalhos acadêmicos e as alterações do modelo positivista entre sujeito e objeto de pesquisa, como já mencionado.

- f) Análise da dissertação de mestrado: Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social:

A dissertação em psicologia *Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social*, de Luciana Maciel Henriques, foi realizada na área de Psicologia Social, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora Amana Rocha Mattos, em 2018.

No resumo, a autora se propõe a pesquisar acerca das relações raciais junto à atuação do psicólogo social no combate ao racismo a partir do dispositivo branquitude. Sendo branquitude uma hegemonia branca que potencializa e reproduz o racismo no Brasil do século XXI. Pretendeu realizar uma análise crítica por meio da revisão histórica das relações raciais no Brasil, como construção social de hierarquia de raças, criada pelos europeus a partir do colonialismo. Discorreu sobre os conceitos de raça, racismo, relações raciais, os estudos críticos da branquitude e as interlocuções com a Psicologia Social. Por meio de uma postura ativa nos estudos e participativa nas lutas contra as desigualdades sociais do Brasil, visando a desconstrução da hegemonia branca na sociedade brasileira. Utilizou as seguintes palavras-chave: Branquitude, Raça, Racismo, Relações raciais e Psicologia Social.

Os autores para fundamentar o conceito de branquitude foram os clássicos Vron Ware, Ruth Frankenberg, Liv Sovik, Edith Piza, Isildinha Nogueira, Lourenço Cardoso, Iray Carone, Maria Aparecida Bento. Cita dois trabalhos que também elencamos: o de Lúcio Oliveira, da Bahia e o de Lia Schucman de São Paulo. Sendo Lia colocada como uma de suas maiores referências.

Sobre negritude, a pesquisadora abordou os clássicos Oracy Nogueira, Neuza Santos, Guerreiro Ramos, Kabengele Munanga, Octavio Ianni, Frantz Fanon, Florestan Fernandes, Petrônio Domingues. Para a bibliografia específica o destaque foi para o clássico da Psicologia Social Maria Helena Souza Patto e para Antônio Gramsci.

A pesquisa buscou entender historicamente tanto a questão das desigualdades sociorraciais brasileiras, quanto o papel da psicologia para combater o racismo estrutural: por que entender sobre branquitude é importante para a Psicologia atualmente?. Henriques reforça a construção do modo de subjetivação hegemônico: ... o modo de subjetivação que um sujeito constrói através de uma estrutura hegemônica, é um modo de subjetivação bastante sólido e naturalizado, pois são aprendizados culturais, de longa data, e sua desconstrução demanda também um longo prazo (2018, p. 59).

A autora ressalta a dificuldade, principalmente de psicólogas brancas, de se posicionarem em relação às questões étnico-raciais e os sofrimentos causados à população pela ignorância desses profissionais.

Henriques analisa a história da psicologia, de início, como promotora de uma “adaptação social”, da visão do homem como universalista em termos raciais, da oposição branco sujeito e negro objeto e o descolamento posterior desse campo por meio da atuação junto às comunidades e aos povos latino-americanos ampliando a possibilidade de atuação mais democrática.

Contudo, a autora lembra que está falando sobre o século XXI e que o próprio sistema conselhos demorou a se pronunciar sobre a questão étnico-racial.

A pesquisadora frisa ainda a deficiência na formação acadêmica profissional de psicólogas, visto que o racismo causa inúmeros sofrimentos psíquicos. Destaca a desresponsabilização, principalmente

das psicólogas brancas, quanto à implicação étnico-racial, visto a produção acadêmica ainda escassa nessa área.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período selecionado para a realização do levantamento apresentado, que foi de 2003 a 2018, visou compreender como as políticas públicas de ações afirmativas sócio-raciais influenciaram na propagação do estudo e do conceito de branquitude na psicologia, como as psicólogas brasileiras trabalharam a racialização do branco brasileiro em suas pesquisas acadêmicas, bem como a construção do conceito de branquitude à brasileira como correlato do racismo estrutural no Brasil. Como esse conceito foi assimilado, entendido e reproduzido no Brasil e qual o papel e a contribuição política da psicologia na construção racial do país, no combate às desigualdades raciais e na luta antirracista.

As pós-graduações brasileiras tiveram início no Brasil na década de 1960, expandindo mestrados e doutorados em plena Ditadura Militar. Inicialmente o público era branco das classes médias e elites, com um ensino sob um modelo importado anglo-eurocentrado.

No período de 2003 a 2014, em regime democrático, ocorreu a ampliação dos campus universitários públicos, buscando promover o maior acesso das classes populares e subalternizadas às universidades, por meio de inúmeras políticas públicas de ações afirmativas socio-raciais. A representatividade populacional da diversidade brasileira visa proporcionar uma pluralidade de temas e epistemologias buscando a pluriversidade ou a representatividade mais ampla das populações formadoras da sociedade brasileira.

A psicologia surge e se expande nesse contexto de Ditadura Militar, pautada em teorias norte-americanas e europeias. O conceito de branquitude surge na década de 1990, nos EUA, com Ruth Frankenberg. A introdução do tema no Brasil ocorreu pré-políticas públicas afirmativas étnico-raciais, pela pesquisadora Edith Piza, em 2000, por meio de seus seminários e publicações.

O tema das relações raciais, mesmo sob a especificidade do conceito de branquitude, contou com o protagonismo dos pesquisadores negros. A primeira publicação de referência na área surge em 2002, *Psicologia Social do Racismo*, coletânea de textos e pesquisa organizada por Maria Aparecida Bento e Iray Carone, da USP, referência até hoje.

Constatamos que até 2018 os estudos sobre psicologia e branquitude ainda são escassos e os currículos dos cursos de psicologia não acompanharam sequer a bibliografia pregressa antirracista. No geral, a quantidade de trabalhos com o termo branquitude do branco brasileiro vem crescendo a partir da última década, mais especificamente da tese de Lia Vainer Schucman, em 2012. Contudo, a formação de psicólogas ainda não abrange o tema de relações étnico-raciais, embora mais da metade da população brasileira se declare negra e o racismo seja um problema estrutural. Os currículos dos cursos de psicologia precisam contemplar tanto às bibliografias sobre relações étnico-raciais existentes que reflitam as necessidades psíquicas e subjetivas da população brasileira, majoritariamente negra.

De 2012 a 2017, mais cinco anos de ausência, surge a tese de Gabriela Balaguer, também na USP. As três pesquisas finais foram realizadas em 2018 de Moníca Capelasso, da UEM, Geórgia Marcinik e Luciana Henriques, na UERJ. Cinco mulheres, psicólogas brancas que convidam psicólogas a pensar sobre um tema fundamental para a construção da cidadania brasileira e trazem a perspectiva de que cada vez mais psicólogas brancas possam refletir sobre os estudos críticos da branquitude e a importância das pessoas brancas no combate ao racismo e à ideologia dominante da branquitude. Os currículos de psicologia continuam contemplando majoritariamente autores homens, brancos anglo-europeus.

Importante destacar a ausência de psicólogos homens brancos sobre o tema da branquitude. A representatividade e o engajamento de homens brancos que trabalhem com a construção das subjetividades, nas lutas e cotidianos antirracistas são fundamentais, embora homens na psicologia representem apenas 11% dos profissionais da categoria.

A contribuição da psicologia quanto à branquitude à brasileira representa uma das formas de colaborar no combate ao racismo no Brasil, fruto das desigualdades raciais. O acolhimento à população

brasileira, em sua maioria autodeclarada negra, prescinde de psicólogas preparadas para lidar com a diversidade humana, especialmente a racial. Uma formação que pensa um ser humano homogêneo e dominante, como subjaz na maioria das linhas de atuação clínicas, dos trabalhos acadêmicos e demais práticas psicológicas, não representa a diversidade e desigualdade brasileiras. Concluímos que os currículos de psicologia estão defasados tanto em relação à bibliografia existente, quanto às demandas da população brasileira negra.

As seis pesquisas, a maioria baseada na abordagem social, constituem importantes trabalhos políticos de denúncia do racismo à brasileira, refletindo sobre a ausência do tema étnico-racial na psicologia. As psicologias plurais dos saberes instituídos, como psicanálise e demais abordagens, podem e devem contribuir para as questões étnico-raciais. As pesquisas no campo acadêmico estão a cargo de pesquisadores eminentemente de universidades públicas, fato que não destoa do campo das relações étnico-raciais. As universidades públicas constituem importantes centros de pesquisa técnico-científicas, embora seus currículos continuem refletindo hegemonicamente pensadores homens, brancos americanos ou europeus.

Como vimos, a psicologia possui autoras negras consagradas no campo das relações étnico-raciais: Virgínia Bicudo, Neusa Santos, Maria Aparecida Bento, embora estejam invisibilizadas nas formações profissionais. Portanto, outra forma de contribuir para uma formação antirracista é ler e divulgar psicólogas que estudam relações raciais, como os seis trabalhos aqui apresentados. Os currículos de psicologia, área formada prioritariamente por mulheres brancas, devem contemplar os feminismos plurais antirracistas.

O presente trabalho se propôs a rever o passado brasileiro da psicologia e do termo branquitude, visando assinalar os precursores no tema, como se deu a evolução do conceito da branquitude no Brasil e como as psicólogas se apropriaram do conceito e o desenvolveram. O resgate de importantes teóricos nacionais e internacionais como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Neusa Santos, Maria Aparecida Bento, Virgínia Bicudo e Lélia Gonzalez, entre outros, visa tanto assinalar a existência pregressa da episteme, quanto os atuais e permanentes autores contemporâneos, como Lia Schucman e Lúcio Oliveira, precursores acadêmicos antirracistas.

À psicologia, como campo de produção de subjetividades e socialização, compete estar atenta aos movimentos sociais, as interseccionalidades de classe, gênero, raça, sexualidade, capacitista e geracional, entre outros, visando a promoção do Bem Viver, incorporando tais temas centrais em seus currículos acadêmicos.

O racismo é estrutural e estruturante, é um sistema social entranhado na cultura e nas instituições. Todos somos potenciais reprodutores dele. A branquitude brasileira sofre de uma “patologia social” de identificação com o colonizador/agressor. Alteridade é a capacidade de olhar o semelhante como diferente: pindorâmico, ameríndioafricano e acreditar na potência das pluriversidades. Os movimentos sociais e as novas epistemologias decoloniais podem se constituir como instrumentos potentes para o combate ao racismo como desconstrução permanente.

A psicologia continua branca, estudando um ser humano único, universal, um currículo hegemônico, com autores homens brancos. Poucas psicólogas pesquisam relações étnico-raciais e contribuem para uma formação acadêmica plural e que reflita a realidade sócio-racial brasileira. O mito da democracia racial é perpetuado nos saberes psicológicos. O próprio sistema de conselhos se pronunciou tardiamente sobre o tema, mas ainda há tempo de alterar a formação em psicologia por meio da ampliação e consolidação de currículos antirracistas.

Como saber politicamente construído, a psicologia precisa atender às demandas locais e regionais com urgência, conectando-se às comunidades e movimentos sociais, trabalhando coletivamente. Os conhecimentos populares, tradicionais, muitas vezes são considerados leigos, por serem indígenas, femininos, negros, camponeses, ribeirinhos, etc. Pensar essas epistemologias fora dos espaços de subalternidade em relação aos conhecimentos hegemônicos: acadêmicos, científicos, adquiridos de povos estrangeiros é pensar pluriversalmente as psicologias possíveis: negras, africanas, ameríndias, indígenas, amefricanas, brancas, latinas, chicanas, orientais, indianas, pindorâmicas, etc. A compreensão

de que viver em uma sociedade mais justa e democrática é um benefício coletivo para o bem-viver. Lutar por reparação histórica por meio de políticas públicas tem demonstrado ser o caminho mais eficaz para reduzir as desigualdades sócio-raciais e as psicólogas devem participar das mudanças nas estruturas curriculares das suas universidades visando a formação adequada de profissionais aptos a elaborar políticas públicas visando o bem-estar coletivo antirracista.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **Bem viver**: uma oportunidade de imaginar outros mundos, São Paulo: Autonomia literária: Elefante, 2016.
- BALAGUER, Gabriela. Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros. **Tese** (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray. (org.) **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. **Tese** de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- BISPO, Nego. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: Editora UnB, 2015.
- CARDOSO, Lourenço. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007). **Dissertação** (Mestrado em Sociologia). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008. 231p. Disponível em: <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.
- CARDOSO, Lourenço e MULLER, Tânia Mara Pedroso. (org.) **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.
- CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. **Reflexão & Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 18, nº 1, p. 46-76, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055>. Acesso em: 19/02/2021.
- CAPELLASSO, Monica Salci. A branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018. 99 p. Disponível em: [http://www.ppi.uem.br/arquivos-2019/PPI\\_2018%20Monica.pdf](http://www.ppi.uem.br/arquivos-2019/PPI_2018%20Monica.pdf). Acesso em: 01/11/2020.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da ordem**. Rio de Janeiro: Editora Oficina do Autor, 1995.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais**: Referências Técnicas para a atuação de psicólogos/as. Brasília, 2017.
- ESPINHA, Tatiana Gomez. A temática racial na formação em Psicologia a partir da análise de Projetos Político Pedagógicos: silêncio e ocultação. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017. 233 f.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRANKENBERG, R. **White women, race matters**: the social construction of whiteness. University of Minnesota Press, 1999.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. Belo Horizonte, 2018.
- GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 92. p. 69-82, ago., 1988.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,

1957. - p. 13

HENRIQUES, Luciana Maciel. Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. 91 f.

LIRA, Ramayana. "Ware, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Ilha do Desterro. **Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies**, 48, 2005, p. 234-238.

MARCINIK, Geórgia Grube. Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. 115 f.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 34, no. 69, p. 77-95, maio/jun., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n69/0104-4060-er-34-69-77.pdf>. Acesso em: 02/03/2019.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. Selo Negro, 2003.

OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves. Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. 345 p. Disponível em: [https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/lucio\\_oliveira.pdf](https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/lucio_oliveira.pdf). Acesso em: 02/03/2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. **Tese** (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 160 p. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucma\\_n\\_corrigida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucma_n_corrigida.pdf). Acesso em: 02/03/2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer, COSTA, Eliane Silvia e CARDOSO, Lourenço. Quando a Identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros**. Goiânia, v. 4, n. 8, p. 15-29, jul./out., 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Dossiê: Branquitude. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros**. Goiânia, v. 6, n. 13, 2014.

SILVA, Deide Fátima da; LORETO, Maria das Dores Saraiva de e BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**. Piracicaba, v. 17, no. 32, p. 409-438, jan./jun., 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Amelia-Bifano/publication/318436614\\_Ensaio\\_da\\_historia\\_do\\_trabalho\\_domestico\\_no\\_Brasil\\_um\\_trabalho\\_invisivel/links/5e148a37299bf10bc397a7f7/Ensaio-da-historia-do-trabalho-domestico-no-Brasil-um-trabalho-invisivel.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Amelia-Bifano/publication/318436614_Ensaio_da_historia_do_trabalho_domestico_no_Brasil_um_trabalho_invisivel/links/5e148a37299bf10bc397a7f7/Ensaio-da-historia-do-trabalho-domestico-no-Brasil-um-trabalho-invisivel.pdf). Acesso em: 19/02/2021.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza e NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros**. Goiânia, v. 10, n. 24, p. 216-240, nov., 2017.

UOL. **'Sou daltônico: todos têm a mesma cor'**, diz Bolsonaro sem citar morte no RS. 20/11/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/11/20/bolsonaro-ignora-racismo-no-brasil-sou-daltonico-todos-tem-a-mesma-cor.htm>. Acesso em: 07/03/2022.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).